

ORGANIZADORES

Mónica de la Fare

Laura Rovelli

Marcelo Oliveira da Silva

Daniela Atairo

BASTIDORES DA PESQUISA EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS



**UNIVERSIDAD
NACIONAL
DE LA PLATA**

ediPUCRS

**BASTIDORES DA PESQUISA
EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS**



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Evilázio Teixeira

Vice-Reitor

Jaderson Costa da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Carla Denise Bonan

Editor-Chefe

Luciano Aronne de Abreu

Adelar Fochezatto
Antonio Carlos Hohlfeldt
Cláudia Musa Fay
Gleny T. Duro Guimarães
Helder Gordim da Silveira
Lívia Haygert Pithan
Lucia Maria Martins Giraffa
Maria Eunice Moreira
Maria Martha Campos
Norman Roland Madarasz
Walter F. de Azevedo Jr.

Organizadores
Mónica de la Fare
Laura Rovelli
Marcelo Oliveira da Silva
Daniela Atairo

BASTIDORES DA PESQUISA EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS



**UNIVERSIDAD
NACIONAL
DE LA PLATA**

ediPUCRS

PORTO ALEGRE

2020

CAPA Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO Maria Fernanda Fuscaldo

REVISÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA Denise Vallerius

REVISÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA Alicia Lorenzo

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



Este livro conta com um ambiente virtual, em que você terá acesso gratuito a conteúdos exclusivos.

Acesse o *QR Code* e confira!



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

8326 Bastidores da pesquisa em instituições educativas / organizadores
Mônica de la Fare ... [et al.]. – Porto Alegre : EDIPUCRS :
Universidad Nacional de la Plata, 2020.
422 p.

ISBN 978-65-5623-019-1

ISBN 978-950-34-1891-8

1. Educação – Brasil. 2. Educação – Argentina. 3. Pesquisa
educacional. I. De la Fare, Mónica.

CDD 23. ed. 370.72

Loiva Duarte Novak CRB 10/2079
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AGN** – Archivo General de la Nación
- ANPEd** – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
- CAPB-BA** – Programa Binacional de Centros Associados da Pós-graduação Brasil-Argentina
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBPE** – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
- CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa
- CHSSA** – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas
- CRPEs** – Centros Regionais de Pesquisas Educacionais
- CID** – Centro Integrado de Desenvolvimento
- CIN** – Consejo Interuniversitario Nacional
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- CONADE** – Consejo Nacional de Desenvolvimiento
- CONEAU** – Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria
- CONEP** – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- CONICET** – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
- CRPEs** – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
- DINIECE** – Dirección Nacional de Información y Evaluación de la Calidad Educativa
- EDIPUCRS** – Editora Universitaria da PUCRS
- FOMEC** – Fondo para el Mejoramiento de la Calidad Universitaria
- GEIN** – Grupo de Estudos em Educação Infantil e Infâncias
- GEFEP** – Grupo de Estudos em Formação, Ética e Pesquisa em Educação

Grupo de Pesquisa em Linguagens, Currículo e Cotidiano de bebês e crianças pequenas – CLIQUE

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPSF – Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt

IU – Unityville Outreach Project

MEN – Ministerio de Educación de la Nación, Argentina

MI – Ministerio del Interior de la Nación, Argentina

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPG – Plan Nacional de Posgrado

PROMEI – Programa de Mejoramiento de la Enseñanza en Ingeniería

PROMAGRO – Programa de Mejoramiento de la Enseñanza en Agronomía

PUCRS – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul

QSR Nvivo – Qualitative Solutions Research Nvivo

RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

RS – Rio Grande do Sul

SPU – Secretaria de Políticas Universitarias del Ministerio Nacional de Educación de la República Argentina

UNLP – Universidad Nacional de La Plata

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

UNLP – Universidad Nacional de La Plata

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 13

PRESENTACIÓN | 15

INTRODUÇÃO | 17

1. A institucionalização e o desenvolvimento da pesquisa educacional na Argentina e no Brasil | 19
2. Os estudos sobre a pesquisa educacional na Argentina e no Brasil | 27
- 3 Este livro | 35

INTRODUCCIÓN | 47

1. La institucionalización y el desarrollo de la investigación educativa en la Argentina y en Brasil | 49
- 2 Los estudios sobre la investigación educativa en la Argentina y en Brasil | 57
- 3 Este libro | 65

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS, ABORDAGENS E
ARTESANATO INTELLECTUAL NA PESQUISA EDUCACIONAL | 77

1 ANÁLISIS POLÍTICO DEL DISCURSO Y LA INVESTIGACIÓN EDUCATIVA O
LA INSISTENCIA SOBRE LA DESACTIVACIÓN DE DETERMINISMOS | 79

MYRIAM SOUTHWELL

- 1.1 Primeras categorías | 80
- 1.2 Notas sobre una teoría de la hegemonía discursiva | 82
- 1.3 La construcción hegemónica y lógicas de lo social | 86
 - 1.3.1 *Deconstrucción e identificaciones* | 88
- 1.4 Hegemonía y educación más allá del determinismo | 90
- 1.5 Consideraciones finales | 98

2 A HERMENÊUTICA OBJETIVA E ARELAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA COM AS PESQUISAS QUALITATIVAS COM BASES EMPÍRICAS EM EDUCAÇÃO | 101

PEDRO SAVI NETO

- 2.1 Introdução e antecedentes da pesquisa | 101
 - 2.1.1 Antecedentes pessoais da pesquisa | 102
- 2.2 A Teoria Crítica | 104
 - 2.2.1 Contextos histórico e teórico | 104
 - 2.2.2 Uma abordagem metodológica própria | 108
 - 2.2.3 Teoria Crítica e pesquisas empíricas | 116
- 2.3 A Hermenêutica Objetiva de Ulrich Oevermann | 120
- 2.4 Aplicação da Hermenêutica Objetiva nas pesquisas em Educação de Andreas Gruschka | 125
- 2.5 Considerações finais | 129

3 LOS ESTUDIOS SOBRE TRAYECTORIAS EN EL CAMPO DE LA INVESTIGACIÓN EDUCATIVA: DISCUSIONES NECESARIAS | 135

MÓNICA DE LA FARE

- 3.1 Usos y apropiaciones frecuentes del concepto de trayectoria en el campo de la investigación educativa | 137
- 3.2 *La ilusión biográfica* y las polémicas sobre el uso de datos biográficos | 143
- 3.3 Trayectoria social construida y acontecimientos biográficos | 148
- 3.4 Consideraciones finales | 153

4 UTILIZACIÓN DEL ESTUDIO DE CASOS EN LAS INVESTIGACIONES RECIENTES SOBRE POLÍTICAS UNIVERSITARIAS EN LA ARGENTINA | 159

DANIELA ATAIRO

LAURA ROVELLI

- 4.1 La producción de conocimiento sobre las políticas universitarias y los estudios de casos como abordaje metodológico | 160
- 4.2 Los estudios de casos como estrategia metodológica en la investigación social y educativa | 162

- 4.2.1. *Una mirada holística: el caso en su contexto* | 164
- 4.2.2 *Una mirada compleja y profunda de lo particular* | 165
- 4.3 El uso del estudio de casos en el análisis de políticas universitarias: ¿el caso es la política o la universidad objeto de la política?** | 168
- 4.3.1 *La política universitaria como caso* | 169
- 4.3.2 *Las universidades como casos* | 171
- 4.4 Aproximaciones tipológicas** | 173
- 4.4.1 *Tipos de estudio de casos según el interés del investigador* | 173
- 4.4.2 *Tipos de estudios de acuerdo a la cantidad de unidades de análisis* | 176
- 4.5 Recolección y análisis de datos** | 178
- 4.6 Consideraciones finales** | 181

5 HISTORIZAR LOS DATOS. LA INVESTIGACIÓN CUANTITATIVA COMO PRODUCTORA DE REALIDAD SOCIAL Y EDUCATIVA | 191

MARTÍN LEGARRALDE

ALDANA PONCE DE LEÓN

- 5.1 *Investigación cuantitativa y estadística educativa: indicios sobre su convergencia* | 193
- 5.2 *De la deserción al abandono* | 203
- 5.3 *Consideraciones finales: efectos de cuantificación* | 212

6 O ARTESANATO DA PESQUISA: PROVOCAÇÕES PARA PENSAR A CONSTITUIÇÃO DE MARCADORES DE RIGOR ATRELADOS À PESQUISA EM EDUCAÇÃO | 217

GABRIELA DO AMARAL PERUFFO

LILIAN ALVES SCHMITT

MARCOS VILLELA PEREIRA

- 6.1 *Efeitos da implicação do pesquisador* | 221
- 6.2 *Ponderação* | 224
- 6.3 *Estratégias de diálogo e negociação* | 228
- 6.4 *Ensaio para o fim* | 233

**A ETNOGRAFIA E SUAS POSSIBILIDADES NA PESQUISA EM
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS | 237**

**7 ETNOGRAFIA E EDUCAÇÃO: NOTAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA
ETNOGRÁFICA EM UMA ESCOLA GUARANI | 239**

FERNANDO CARREIRA

7.1 Os *Mbya* vão à escola | 243

7.2 Criando corpo | 250

7.3 Considerações finais: o campo – seguindo o fluxo | 255

**8 IMPLICAÇÕES E DESAFIOS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO COM
ESCOLAS, FAMÍLIAS E COMUNIDADES | 265**

SIMONE SANTOS DE ALBUQUERQUE

CRISLIANE BOITO

8.1 Desafio 1: a entrada em campo | 267

8.2 Desafio 2: o cotidiano da pesquisa | 273

8.3 Desafio 3: devolutiva de pesquisa | 281

8.4 Palavras finais | 287

**9 AS CRIANÇAS COMO SUJEITOS DE PESQUISA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 291**

RODRIGO SABALLA DE CARVALHO

BIANCA SALAZAR GUIZZO

9.1 Sobre os aspectos éticos | 292

9.2 Sobre possibilidade de propor pesquisas com crianças | 298

9.3 Sobre o vínculo com as crianças | 303

9.4 Sobre a participação das crianças | 304

9.5 Considerações finais | 308

10 REFLEXÕES SOBRE AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS EM UMA TESE SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA | 313

MARCELO OLIVEIRA DA SILVA

- 10.1 O que este texto diz | 313
- 10.2 O projeto e os imprevistos | 315
- 10.3 Diários de aula | 322
- 10.4 Pesquisa em educação | 328
- 10.5 A minha pesquisa | 331
- 10.6 Considerações finais | 335

11 O QUE É “INTERVENÇÃO DO ETNÓGRAFO”? | 339

BARBARA DENNIS

- 11.1 O que significa “intervir” no contexto de uma pesquisa qualitativa e por que a intervenção é uma questão ética? | 341
- 11.2 Como o estudo foi conduzido? | 344
- 11.3 Achados: o que significa quando um etnógrafo intervém? | 347
- 11.4 Identificando modos de intervenção | 347
 - 11.4.1 *Intervenção interpessoal* | 348
 - 11.4.2 *Intervenção administrativa* | 351
 - 11.4.3 *Intervenção por concretização* | 354
 - 11.4.4 *Intervenção pelo exemplo* | 356
- 11.5 **Articulando elementos associados com a decisão de intervir ou não** | 358
 - 11.5.1 *Valores dos pesquisadores* | 358
 - 11.5.2 *Elementos estruturais* | 360
 - 11.5.3 *Elementos hermenêuticos* | 361
 - 11.5.4 *Articulando princípios éticos subjacentes e refletindo criticamente sobre as práticas* | 362
 - 11.5.5 *Princípios éticos subjacentes* | 363
 - 11.5.6 *Análise crítica* | 364
- 11.6 **Conclusão** | 365

**O USO DE FONTES NA PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DAS
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E A ANÁLISE DOCUMENTAL | 369**

**12 UNA *MILONGA* PARA MI PESQUISA: DE SALTOS, ENCUENTROS
Y CAMINOS SINUOSOS. EXPERIENCIAS DE INVESTIGACIÓN SOBRE
COLEGIOS NACIONALES EN ARGENTINA EN EL SIGLO XIX | 371**

SUSANA SCHOO

MARÍA GABRIELA MAYONI

12.1 Narrativas revisitadas: en búsqueda de nuevas claves
interpretativas | 372

12.2 Sobre recorridos y derroteros: algunas reflexiones sobre los
caminos de la investigación con fuentes históricas | 378

12.3 Interrogando a las fuentes | 386

12.4 Consideraciones finales | 392

**13 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DOCUMENTAL NA
PESQUISA EM EDUCAÇÃO | 399**

JONATHAN HENRIQUES DO AMARAL

13.1 O que é um “documento”? Breve digressão | 399

13.2 O uso de documentos para o estudo das interlocuções entre
Educação e Neurociências: reflexões a partir de uma pesquisa | 405

13.3 Conclusões | 412

SOBRE OS AUTORES | 415

12 UNA MILONGA PARA MI PESQUISA: DE SALTOS, ENCUENTROS Y CAMINOS SINUOSOS. EXPERIENCIAS DE INVESTIGACIÓN SOBRE COLEGIOS NACIONALES EN ARGENTINA EN EL SIGLO XIX

SUSANA SCHOO
MARÍA GABRIELA MAYONI

En el presente capítulo¹ realizaremos un recorrido sobre algunas particularidades que nos hemos encontrado en nuestro quehacer como investigadoras de un período algo controversial de la historia de la educación argentina: el de la fundación de los colegios nacionales entre 1860 y 1880. Un proceso educativo que se vinculó a la implantación de un nuevo orden político durante el último tercio del siglo XIX en la Argentina y en particular a la construcción de un Estado moderno (BRAGONI; MÍGUEZ, 2010; OSZLAK, 2012).

En el marco de nuestras respectivas tesis doctorales², estudiamos las mismas instituciones en un período similar, analizamos fuentes en común y encontramos indicios que pusieron en tensión algunas ideas asentadas

¹ Queremos agradecer la atenta lectura a José Bustamante Vismara (Departamento de Historia de la Universidad Nacional de Mar del Plata), quien realizó sugerencias y comentarios críticos para la escritura final de este capítulo. También, a Soledad Ayala (CETI-UAI y Universidad Nacional de Quilmes), quien nos ayudó a mejorar la escritura final de este escrito.

² "La organización académica e institucional de la educación secundaria nacional en un contexto federal. 1863-1888", proyecto de tesis doctoral de Susana Schoo inscripto en el Doctorado en Educación de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires; "Colecciones, museos y enseñanza de la historia natural en los colegios nacionales argentinos (1870-1900)", proyecto de tesis doctoral de María Gabriela Mayoni inscripto en el Doctorado en Antropología de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, financiado por una beca interna doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas (CONICET), Argentina.

en la historiografía de la educación. Asimismo, nos encontramos con problemas semejantes en la búsqueda de información, que nos llevaron a revisar los aspectos metodológicos utilizados.

Por ello, este capítulo tiene como objetivo mostrar y describir las instituciones que estudiamos y las narrativas que se han construido y consolidado en torno a ellas en la historiografía de la educación argentina. Asimismo, exponer las discusiones que en los últimos años han surgido con el desarrollo de investigaciones locales o de casos particulares. En relación con estas discusiones, consideramos que los hallazgos de nuestras investigaciones contribuyen a la renovación de los enfoques en el campo de estudio. Sin embargo, nuestro trabajo no ha estado exento de problemas y desafíos que surcaron sinuosos caminos. A partir de ellos, queremos mostrar las continuas decisiones que realizamos en el trabajo de campo y la constante y necesaria vigilancia epistemológica que requiere el desarrollo de las investigaciones.

A lo largo de las siguientes páginas describiremos nuestro objeto de estudio y algunas apreciaciones sobre los avatares con los que nos enfrentamos como investigadoras. A la vez, intentaremos problematizar nuestra labor, que desembocó en estudios históricos a partir de preguntas traídas de nuestros recorridos en otras disciplinas, como la política educacional y el estudio del patrimonio histórico educativo.

12.1 Narrativas revisitadas: en búsqueda de nuevas claves interpretativas

Argentina es un país federal, organizado sobre la base de las 14 provincias que firmaron, tras un largo período de guerras y secesiones, la Constitución Nacional a mediados del siglo XIX.³ Sin embargo, la ciudad

³ Ellas eran: Buenos Aires, Catamarca, Corrientes, Córdoba, Entre Ríos, Jujuy, La Rioja, Mendoza, San Juan, San Luis, Santa Fe, Salta, Santiago del Estero y Tucumán. El resto del actual territorio argentino fue ganado con diferentes campañas militares mediante el aniquilamiento o sometimiento de los pueblos indígenas que lo habitaban. En la década de 1880 fueron organizados en nueve "territorios nacionales", y buena parte de ellos se convirtió en provincias en la década de 1950. En 1880 la histórica ciudad-puerto de Buenos Aires pasó de ser la capital de la provincia homónima a constituirse en la Capital Federal del país. Como consecuencia, en 1882 fue creada la ciudad de La Plata como nueva capital de la provincia de Buenos Aires.

de Buenos Aires se erigió como epicentro institucional del incipiente Estado desde el cual se tomaban decisiones de alcance nacional. Según nuestra perspectiva y tomando los aportes de Bragoni y Míguez (2010), esta forma de organización del gobierno ha opacado la participación de distintos actores provinciales en las relaciones entre centro y periferia, relaciones plagadas de tensiones y contradicciones, de acuerdos y alianzas.

En esa línea, los colegios nacionales fueron considerados en la historiografía como una de las primeras iniciativas del gobierno de Bartolomé Mitre de nacionalización y sistematización de la educación en el país (TEDESCO, 1986; PUIGGRÓS, 1990; DUSSEL, 1997). Entre 1863 y 1864 se reorganizaron bajo la esfera del gobierno central tres colegios de estudios medios y preparatorios: el de la ciudad de Córdoba y el de Concepción del Uruguay y el colegio provincial de tradición jesuita en Buenos Aires, que dio origen al Colegio Nacional de Buenos Aires. Luego se decretó la creación de colegios nacionales en las ciudades de San Juan, Tucumán, Catamarca, Mendoza y Salta (1864); en San Luis (1868); en Corrientes y Santiago del Estero (1869); La Rioja y Jujuy (1871) y en Rosario (1874); norma que dio como resultado un colegio por provincia. Más adelante se sumaron los colegios de La Plata (1885) y de Paraná (1889). En los años siguientes se siguieron creando colegios nacionales de manera dispar a lo largo del país, pero la oferta y la matrícula se concentraron en la Ciudad de Buenos Aires y en el interior de la provincia homónima (SCHOO, 2012).

Varios de estos colegios nacionales tuvieron sus antecedentes en colegios preexistentes en las capitales provinciales, algunos de ellos debilitados por los diversos conflictos económicos y bélicos.⁴ El proceso de instalación de estos establecimientos requería que los inmuebles fueran cedidos por las provincias, y la enseñanza se organizó en edificios de diversas características

⁴ En el caso del colegio de La Plata, fue creado por la provincia de Buenos Aires en el marco de la fundación de la ciudad como nueva capital provincial y en un contexto de enfrentamiento entre el Poder Ejecutivo nacional y el provincial. Nacionalizado en 1888 una vez superados estos conflictos (SCHOO, 2009), en 1905 se lo incorporó a la Universidad de La Plata cuando esta, fundada como institución provincial en 1897, fue nacionalizada (LEGARRALDE, 1999).

(SCHOO, 2012). En la historiografía tradicional, tanto Juan Carlos Tedesco (1986) como Adriana Puiggrós (1990) postulan la centralización por parte del gobierno nacional de las acciones educativas vinculadas a la formación de las élites provinciales. Estos investigadores, así como Inés Dussel (1997), defienden la hipótesis de la función política de la educación en este tipo de instituciones por encima de la económica, pues impartían una enseñanza enciclopedista que preparaba a los ciudadanos para la vida pública, pero alejada de una formación favorable a un desarrollo productivo. Esta perspectiva focaliza principalmente en el interés político de estos grupos por la creación de colegios nacionales que permitieran el ingreso a las universidades y legitimaran el acceso a los futuros cargos públicos. En su etapa fundacional, los colegios nacionales iniciaron sus actividades con el sistema de internado, y accedían a ellos solo los jóvenes varones que —como condición para su ingreso— supieran leer, escribir y conocer las cuatro operaciones de la aritmética, por lo que el sector mejor preparado de la población, aunque muy reducido, lograba ingresar a estos establecimientos (FERNÁNDEZ, 1903).

En la historia de la educación argentina se ha reconocido que a partir del gobierno de Mitre se buscó una unificación formativa y la homogeneización de estas instituciones, proyección que se vinculaba a su vez con las necesidades de unidad política y de propagación del pensamiento liberal por parte del gobierno central (LEGARRALDE, 1999). Dicho de forma esquemática: en estas narrativas parecería sobrevolar la idea de que las políticas educativas nacionales se definieron de manera unilateral desde un centro inobjetable (acotado en general al Poder Ejecutivo) y que la organización centralizada de gobierno tuvo como consecuencia directa una uniformidad curricular a escala local. En contraste, algunos estudios comenzaron a generar nuevos interrogantes a partir de estudios particulares de ciertos colegios, como los de Buenos Aires, Concepción del Uruguay, Tucumán, Mendoza, Catamarca, La Plata, Rosario y Mar del Plata (ARGACHÁ, 1999; JIMÉNEZ, 2001; HURTADO, 2007; LEGARRALDE, 1999; 2007; MÉNDEZ, 2013; BEN ALTABEF, 2008; BENÍTEZ, 2009; BUSTAMANTE VISMARA, SCHOO, 2013; 2015a; 2015b; RAMALLO, 2013; 2017).

En los últimos años —y en buena medida a partir del estudio sobre las historias institucionales de algunos colegios o bien de la implementación a escala local de políticas nacionales— las *grandes narrativas* en torno a la organización de la educación secundaria nacional han comenzado a discutirse. Para este caso, por grandes narrativas o “*master narratives*” (LYOTARD, 1979; JOHNSON, 1999) tomaremos a aquellas ideas asentadas y poco problematizadas en la historiografía de la historia de la educación que prevalecen en los análisis de la fundación del sistema educativo argentino y en particular de la creación de los colegios nacionales. En este sentido, consideramos que estas ideas formaron en el tiempo grandes narrativas con una visión normalizadora y estandarizada del proceso histórico en cuestión, que moldea a su vez, como supuesto cultural, las formas de interpretación y de producción del conocimiento.

Las últimas investigaciones en el campo ponen de relieve los problemas que acarrea el estudio de este tipo de instituciones pensadas como un conjunto homogéneo y conducido de manera verticalista. Asimismo, advierten sobre la necesidad de analizar con mayor protagonismo los antecedentes regionales y reflexionan sobre los conceptos de reorganización y expansión, profundizando en la idea de un proceso de nacionalización de debates e iniciativas provinciales preexistentes ejecutadas por intereses y con esfuerzos de ambas jurisdicciones (SCHOO, 2014a, 2014b, 2014c; BUSTAMANTE VISMARA; SCHOO, 2015a).

La organización de los colegios nacionales distó de ser un proceso ordenado y unificado, como ha buscado mostrar la historiografía educativa tradicional. Las investigaciones más recientes muestran que estos establecimientos tuvieron un desarrollo dispar, sujetos a las coyunturas locales así como a las iniciativas promovidas por rectores y profesores y su red de vínculos (ESCOBAR, 2010; SCHOO, 2014a, 2014b, 2014c; MAYONI; GARCÍA, 2014). Además, los estudios matizan la asentada idea de que estas instituciones estaban abocadas a la formación de las élites locales al reconocer la preexistencia de grupos acomodados a la creación de los colegios (LEGARRALDE, 1999). Hay indicios de que sus destinatarios no

fueron solamente los reducidos grupos de jóvenes pertenecientes a las clases acomodadas de las grandes urbes provinciales. Las becas e internados sostenidos con fondos públicos, aunque reducidos, darían cuenta de estos matices. Más aún, en momentos en que la educación primaria todavía tenía una expansión limitada (entre las décadas de 1860 y 1870), algunos colegios nacionales asumieron como propia la función preparatoria para el inicio de la educación secundaria ante el diagnóstico de la falta de aptitudes de los jóvenes. A pesar de que esto fue dirimido a escala local, los rectores que desarrollaron este tipo de dispositivos contaron con aval y con (acotado) presupuesto oficial para realizarlo (SCHOO, 2014b).

Si bien el acceso a la educación en dicha época era ciertamente restringido, estas iniciativas dan cuenta de que se buscaron alternativas para hacer extensiva la enseñanza en los colegios nacionales. Estos establecimientos no estuvieron abocados solo a un todo homogéneo —los jóvenes “mejor preparados”, “pobres meritorios”, o a “las clases acomodadas” con posibilidades de pagar las pensiones, matrículas y derechos de examen. Con esto no estamos sugiriendo que la educación secundaria se pensó para todos, pero nos permitimos matizar la afirmación de la que parten la mayoría de los estudios sobre la educación secundaria: aquella referida a que fue un nivel pensado para pocos, y que sus destinatarios naturales eran los hijos de las elites o de aquellos que mostraran merecer subsidio del Estado mediante becas e internados.

Francisco Ramallo (2017) señala, por ejemplo, aunque para un período posterior al que estudiamos, que el Colegio Nacional de Mar del Plata funcionó como un espacio abierto y permeable en el que mujeres e hijos de inmigrantes de variados orígenes lograron ser bachilleres, a pesar de que esta institución fue caracterizada como de enseñanza tradicional, selectiva y elitista. El estudio de Ramallo, centrado en la primera mitad del siglo XX en un colegio localizado en una ciudad balnearia de la costa atlántica de la provincia de Buenos Aires, va en el mismo sentido de nuestras investigaciones que remarcan las variaciones locales de estas instituciones más allá de las regulaciones y normas comunes de carácter nacional.

Teniendo en cuenta estos matices, los debates actuales sobre el acceso de los llamados “nuevos públicos” a la educación secundaria en el contexto de su obligatoriedad (JACINTO; TERIGI, 2007) parecerían novedosos, cuando, en rigor, se podría pensar que las formas de resolver el reclutamiento, ingreso, permanencia y egreso de este nivel fue problemático y discutido desde sus orígenes. Esto sobre todo en relación con las distancias entre las expectativas sobre la configuración de este nivel educativo (objetivadas a partir de las regulaciones de ingreso, evaluación, promoción, disciplina, entre otras) y las condiciones del conjunto heterogéneo de estudiantes que aspiró a transitarlo. En todo caso, sugerimos que escasean los estudios que historizan de una manera más rigurosa a los estudiantes de los colegios nacionales en el período fundacional del sistema educativo nacional, así como a las variaciones de la población estudiantil de estas instituciones.⁵

En suma, las investigaciones actuales que toman el período fundacional de estas instituciones como objeto de estudio se enfrentan a las narrativas, particularmente desde la discusión e interpelación de las mismas fuentes que les dieron origen. El análisis de las fuentes con nuevas miradas permitió entonces revisar narrativas y, a su vez, produjo la necesidad de volver a los documentos históricos, reconstruir itinerarios y visitar las fuentes. También propició la búsqueda de archivos⁶ poco analizados y tenidos en cuenta en la historiografía vinculada a estas cuestiones (CARUSO, 2015; BUSTAMANTE VISMARA, s/f). A continuación, avanzaremos sobre los sinuosos caminos de las investigaciones que estamos realizando.

⁵ En los últimos años se han desarrollado investigaciones sobre la historia institucional de algunos colegios específicos creados en períodos posteriores al fundacional en los que se caracterizan las particularidades de su población estudiantil. Los trabajos de Francisco Ramallo (2013, 2017) abordan el caso del Colegio Nacional de Mar del Plata en la década de 1910 mientras que Adrián Cammarotta (2014) estudia los orígenes del Colegio Nacional de Morón, (localidad del conurbano de la provincia de Buenos Aires), durante el peronismo.

⁶ Un archivo es “el testimonio de la actividad de una persona física o jurídica, pública o privada cuyas características particulares son: originalidad, organicidad y carácter seriado” (BALBUENA; NAZAR, 2010, p. 206).

12.2 Sobre recorridos y derroteros: algunas reflexiones sobre los caminos de la investigación con fuentes históricas

Al llevar a cabo una investigación histórica cuyo material empírico son objetos y documentos de diferente tipo podría parecer, en principio, que nuestros únicos interlocutores vivos son los ácaros que los pueblan. Sin embargo, la “entrada al campo” en muchas ocasiones parece no tener fin, dado que las fuentes suelen estar localizadas en distintas instituciones (públicas, privadas, asociaciones, entre otras) y, en su interior, en diversos espacios (bibliotecas, centros de documentación, hemerotecas, por ejemplo). Estos recorridos que realizamos como investigadoras implican el contacto con numerosos archiveros, bibliotecarios y distinto tipo de personal con mayor o menor formación y predisposición para colaborar y facilitarnos el feliz encuentro con al menos parte del material que resulte relevante en la construcción de nuestro *corpus* documental.

No parecería haber una hoja de ruta predefinida en ese camino, sino que, por el contrario, al acercarnos a las instituciones donde creemos o sabemos que habitan los documentos y archivos que queremos explorar nos encontramos con las más diversas situaciones que, por no decir trágicas, hasta pueden resultar risueñas. Entre otras, horarios acotados de consulta, necesidad de pedir permisos una y otra vez para lograr el acceso, espacios cerrados por tiempo indeterminado por refacciones, pérdidas de documentos o su falta de conservación por caídas de techos o desastres derivados de factores climáticos y desapariciones misteriosas y, claro, el “cerrado por vacaciones”, particularmente en los meses de verano, entre muchos otros. Qué decir de los investigadores que no viven en las grandes urbes, en especial Buenos Aires, donde se concentra buena parte de la documentación nacional, provincial, de instituciones y hasta de personajes relevantes de la política y la cultural nacional.⁷ Por supuesto que las escuelas pueden tener archivos —aunque con distinto nivel de organización— y hay

⁷ El Archivo General de la Nación, por ejemplo, conserva expedientes de numerosas personalidades. La descripción de sus fondos particulares comprende dos grandes volúmenes, que pueden consultarse en <http://www.agnargentina.gob.ar/fondos.html>

cada vez más investigaciones que exploran los espacios locales e institucionales. En este sentido, es relevante el conocimiento de las instituciones y los espacios de acopio de documentos para llevar a cabo las tareas de investigación. Como mencionan Assali y Lombardi, podemos enfrentarnos a importantes dificultades técnicas en el acceso a las fuentes

ya sea porque recibimos una respuesta negativa del archivo a una consulta que se realice con criterios inadecuados o, porque descartemos de antemano la consulta de determinados acervos documentales por desconocer a qué organismo los vaivenes de la administración pública asignó las funciones que nos interesa indagar (ASSALI; LOMBARDI, 2016, p. 66).

En el ámbito de la historia de la educación en la Argentina, uno de los grandes problemas reside en que no han existido políticas impulsadas desde el Estado capaces de sistematizar a escala nacional la preservación del patrimonio documental de las instituciones locales desde una gestión centralizada (NAZAR, 2010) y garantizar el libre acceso a la información. Hoy en día se conocen diversidad de herramientas que permitirían esto, tanto en las disciplinas profesionales —la conservación patrimonial y la archivística— como en el ámbito de la informática y de las tecnologías digitales. Estas herramientas podrían ser aplicadas para la creación de repositorios digitales, construcción de redes y para propiciar trabajos colaborativos interinstitucionales. Si bien en los últimos años ha habido iniciativas públicas⁸, la organización de los archivos, la disponibilidad de

⁸ La Biblioteca Nacional de Maestros en el marco del Programa Memoria e Historia de la Educación Argentina (MHEDAR) y el Programa Nacional de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación (Resolución N.º 717/13) organiza periódicamente las Jornadas de Recuperación del Patrimonio Histórico Educativo y trabaja con instituciones asociadas del país para la recuperación y conservación de archivos, bibliotecas y museos escolares. En el contexto sudamericano, Brasil, por ejemplo, participó en los últimos años junto a Argentina en encuentros iberoamericanos sobre patrimonio educativo de la mano del grupo CIVILIS de la Universidad Estatal de Campiñas (UNICAMP) y está generando lazos con la red argentina “Huellas de la Escuela: legado de la historia educativa de la ciudad de Buenos Aires” (PELANDA, 2015). Esta red nuclea en la actualidad a varias instituciones educativas y promueve la capacitación de docentes, directivos y alumnos en identificación, registro, conservación, difusión y exhibición de los bienes históricos y culturales de las instituciones pertenecientes a la red (MAYONI, 2017).

su acceso a investigadores y público en general, recae en las voluntades particulares de las instituciones, lo cual genera una condición de guarda descentralizada y en muchos casos sin la mediación de personal capacitado (BUSTAMANTE VISMARA, s/f). Ello ha tenido un efecto en la investigación en historia de la educación: buena parte de sus producciones han tomado como fuente documentos oficiales editados, revistas, libros, limitándose así la posibilidad de construir hipótesis alternativas de análisis (CARUSO, 2015).

En las líneas siguientes haremos una pequeña contribución para quienes estén interesados en la historia de la educación nacional en la Argentina como objeto de estudio. Si alguien nos hubiera facilitado esta información años atrás, nuestros caminos en la investigación hubieran sido un tanto menos complejos.

Se pueden encontrar fuentes documentales relativas a la historia de la educación argentina en organismos de carácter nacional, provincial y en la misma institución productora. Por ejemplo, en los archivos históricos de los colegios nacionales es posible encontrar documentos tales como las actas de claustros, expedientes, documentación administrativa, inventarios generales e informes de docentes y directivos. Asimismo, las bibliotecas pueden atesorar planes de estudio, reglamentos y textos de enseñanza, especialmente aquellos producidos por sus profesores y usados en el período correspondiente al objeto de estudio.

En la búsqueda de documentos también es importante tener en cuenta la dependencia institucional que poseían los establecimientos. Algunos colegios nacionales, por ejemplo, tuvieron antecedentes como colegios provinciales y sufrieron cambios de jurisdicción en su período de reorganización. Esto significa que parte de los documentos producidos en tiempos previos a depender del gobierno nacional, pudieron haber sido depositados en archivos generales provinciales. Este es el caso, por ejemplo, de la correspondencia de los directivos con el gobernador o secretarios provinciales; las notas de los comisionados locales para la instalación y mantenimiento de los establecimientos, entre otros.

En el ámbito nacional, gran parte de los documentos producidos y recibidos por el entonces Ministerio de Justicia, Culto e Instrucción Pública y el Consejo Nacional de Educación se encuentran preservados en el Archivo General de la Nación (AGN). Esta institución tiene su sede en el centro de la Ciudad de Buenos Aires y contiene fondos documentales nodales para la historia de la educación del país, tales como el Fondo de la Inspección General de Escuelas y Departamentos de Instrucción Pública, legajos del Registro Nacional, telegramas y el expediente del “Colegio Nacional del Uruguay” (1854-1877).⁹ A su vez, en el Departamento Intermedio de este Archivo, existe el Fondo de la Contaduría Nacional y el Fondo del Consejo Nacional de Educación.¹⁰

En el Fondo de Contaduría (1884-1916) se encuentran los documentos pertinentes a los colegios nacionales de la Subsección “Instrucción Pública” del Ministerio, que posee registros contables y administrativos como planillas de sueldos docentes, inventarios de materiales, boletas de compra, notas de pedido y notas de autorización de pagos, entre otros. Estos expedientes constituyen fuentes interesantes para seguir el movimiento de adquisición de materiales escolares, colecciones e instrumental científico, libros y manuales de enseñanza, mobiliario, etc. De estos documentos se desprende asimismo información sobre proveedores, fabricantes, países de procedencia de los materiales didácticos y las inversiones realizadas por el Ministerio para el equipamiento de aulas, laboratorios, gabinetes y bibliotecas (GARCÍA; MAYONI, 2013). Lamentablemente el *corpus* de documentos del Fondo de la Contaduría General comienza en 1885 y no hay disponible documentación sobre años anteriores.

El Consejo Nacional de Educación fue el órgano de gobierno de la educación primaria nacional desde 1881 hasta 1980. Entre sus tareas podemos destacar la de crear escuelas, supervisarlas, definir sus planes de estudio, aprobar los libros de texto para la enseñanza, entre muchos otros. El Fondo

⁹ Ver: <<http://mininterior.gob.ar/agn/pdf/libronacional.pdf>>

¹⁰ La descripción de los fondos conservados en el Archivo Intermedio del Archivo General de la Nación se encuentra disponible en <<https://www.mininterior.gov.ar/agn/pdf/ArchivosSigloXX.pdf>>

documental conservado en el Archivo Intermedio del AGN abarca el período 1882-1957 y posee documentos relativos a las funciones de dicho Consejo: creación y funcionamiento de las escuelas (construcciones, traslados, conversiones, cambios de dependencia, clausuras, bautismos, organización interna, etc.); sostenimiento del material pedagógico; manejo del personal; gestión de fondos económicos; autorizaciones de ejercicio docente, etc. (MI-AGN, 2015).

Por otra parte, dentro del conjunto de lo que denominamos fuentes oficiales encontramos también documentos editados por el gobierno, tales como las Memorias del Ministerio de Instrucción Pública, que contienen los informes anuales de los rectores de los colegios nacionales, de los inspectores y del ministro en funciones, decretos y acuerdos ministeriales y, según los años, diversas notas oficiales relevantes remitidas a los establecimientos dependientes de la sección. Asimismo, se han editado los Registros Nacionales de la época, que contienen los decretos y las asignaciones presupuestarias, y los Diarios de Sesiones de las Cámaras de Diputados y Senadores, de los cuales se puede extraer información sobre los debates parlamentarios de entonces relacionados con colegios nacionales. En rigor, buena parte de ellos giraron en torno a la asignación de presupuesto para salarios, mantenimiento y equipamiento de estas instituciones, temas a partir de los cuales se dieron discusiones sobre el tipo de enseñanza, sentido político y pedagógico que ellas deberían asumir.

A través de estas fuentes (oficiales y editadas) pueden analizarse la trayectoria y el devenir de las instituciones así como la actuación de los profesores y dirigentes de las diferentes provincias del país. Sin embargo, estas ediciones quedaron sujetas a cierta selección de la información dado el control que deberían hacer de la extensión de las publicaciones, y a los intereses de cada gestión por lo que se hacía público, entre otras cuestiones. En este sentido, para poder completar y aumentar la información de las ediciones oficiales toman gran relevancia los documentos que se conservan en las instituciones mismas.

Los documentos oficiales han tenido diferentes ediciones a lo largo del tiempo y se pueden localizar en diversas bibliotecas públicas. Las Memorias

del Departamento de Instrucción Pública, por ejemplo, pueden consultarse principalmente en la Biblioteca del AGN y en la Sala Americana de la Biblioteca Nacional del Maestro (BNM). Es igualmente importante destacar que existen materiales bibliográficos relevantes en otros grandes repositorios como la Biblioteca Nacional (BN), la Biblioteca del Congreso de la Nación (BC) y su Hemeroteca. Estas instituciones tienen catálogos que facilitan la búsqueda y, además, permiten su consulta de manera gratuita (aunque según la institución de que se trate, las consultas tengan ciertas restricciones, especialmente por la franja horaria de atención al público). También son relevantes las bibliotecas de las universidades, en particular las que hoy se encuentran vinculadas con colegios preuniversitarios, como los de Buenos Aires, Córdoba y La Plata.

Es importante tener en cuenta, además, otro tipo de fuentes oficiales de la época: las revistas pedagógicas y gacetillas informativas sobre educación. En el contexto argentino se destaca para la investigación de la educación primaria y de las escuelas normales en el ámbito nacional, la revista *El Monitor*, fundada en 1881 por Domingo Faustino Sarmiento y dedicada a difundir normativas, debates pedagógicos y acontecimientos de interés para las escuelas del país. La incluimos dentro de lo que consideramos fuentes oficiales por ser una publicación del Consejo Nacional de Educación. En la Biblioteca Digital de la BNM se la puede consultar en línea.

Las provincias también elaboraron y publicaron información oficial y, como señalamos más arriba, esta debe contextualizarse según su momento de producción, y hasta puede constituir fuente importante para el estudio de la construcción de la institucionalidad estatal. Por tomar un ejemplo, el Registro Oficial de la Provincia de Buenos Aires constituye una fuente interesante para trabajar dado que allí se publicaron cartas, resoluciones, decretos y leyes. así como los mensajes del gobierno a la Legislatura, que año a año el mandatario realizaba al inaugurar las sesiones parlamentarias. En esta publicación oficial prevaleció una casi exhaustiva replicación o bien una síntesis de la información, cartas y normas relevadas de los informes del Ministro de Gobierno y este, a su vez, de las reparticiones en su interior. Esta situación comenzó a cambiar a medida que la adminis-

tración pública se fue complejizando y afianzando las responsabilidades de las distintas dependencias del gobierno provincial. Ya en la década de 1880, y con más claridad en la siguiente, el Registro Oficial no replicó sino que sintetizó someramente cuestiones relativas a la educación. De esta manera, solo se incluyó la información que se consideraba relevante, y prevalecieron las discusiones, problemas y análisis oficiales en las Memorias de la Dirección General de Escuelas y en la *Revista de Educación*. Para la década de 1910 el Registro Oficial se ocupó de manera tangencial de la publicación de normas relativas a la educación común, y concentró su atención mayoritariamente en materia educativa en el nombramiento de comisionados de educación en distintas localidades de la provincia y sobre todo en la organización de escuelas prácticas que atendían a las necesidades regionales y dependían del Ministerio de Obras Públicas y no de la Dirección General de Escuelas (SCHOO, 2009).

Por su parte, la revista *Anales de la Educación Común*¹¹, publicada por el gobierno de la provincia de Buenos Aires, si bien a lo largo de los años fue variando, tuvo el objetivo de hacer llegar a la opinión pública en general los adelantos educativos en la región. En tal sentido, constituyó un espacio de promoción de la responsabilidad pública de la educación que convocaba a la sociedad en su conjunto a participar en ella a través de la contribución directa en materia financiera y educar a sus hijos en la escuela (FINOCCHIO, 2009). La revista fue una importante herramienta de circulación de información para el público general, pero también para los directores y preceptores de escuela, que incluyó normativas, datos estadísticos y artículos pedagógicos.

En relación con el acceso de todas estas fuentes documentales, no hay que perder de vista también, los avances mundiales que se han

¹¹ Los *Anales de la Educación Común* fue fundada en 1858 por Domingo Faustino Sarmiento y se interrumpió en 1861. Tres años después Sarmiento recomendó para dirigir esta publicación a Juana Manso, quien lo hizo hasta 1875 (DIKER, 2005). A partir de ese año, tras la sanción de la ley de educación común de la provincia de Buenos Aires, la revista se reformuló. A lo largo de su historia tuvo diferentes denominaciones. Para una profundización sobre los períodos de esta publicación, ver Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Centro de Documentación e Información (s/f).

producido en materia de proyectos de recuperación de archivos y de digitalización de documentos. Iniciativas que dieron lugar a la aparición de grandes repositorios digitales y bibliotecas virtuales como la *HathiTrust Digital Library* y el sitio *Internet Archive* (archive.org), en los que se puede encontrar documentación local. En estos repositorios en particular, se encuentran digitalizadas e indexadas las ediciones oficiales argentinas más importantes: memorias ministeriales, registros nacionales y diarios de sesiones. Materiales que existen en las bibliotecas de la Universidad de Harvard, Illinois, California, entre otras, que fueron dispuestos para el acceso público vía internet. Esta situación resulta inédita para el desarrollo de la investigación en este campo. Desde un ordenador es posible acceder a una gran cantidad de documentación reunida en un solo lugar e indagar dentro de su contenido a través de los motores de búsqueda de la base de datos con palabras claves, lo que facilita y acelera de manera considerable la revisión y exploración de este tipo de fuentes.

Desde hace algunos años se han incrementado los estudios que incluyen otras variables en sus investigaciones, por ejemplo, la cultura material y visual de la educación. Como reflexiona Inés Dussel (2010), los estudios sobre educación no deberían desvincularse de la mirada sobre la “dimensión global de las tecnologías escolares” visibles en los libros de texto, mobiliario, ilustraciones, museos escolares, disposición arquitectónica de la época, etc. Asimismo, Caruso (2015) se pregunta sobre la capacidad de los abordajes visuales en la historia de la educación para la producción de una historiografía diferenciada, sobre otras bases documentales y para profundizar en aspectos menos privilegiados, como la historia cultural de la educación.

El estudio de la cultura material y visual de la educación completa la lectura sobre los efectos de las ideas, la forma que toman los debates y los diseños en la configuración del sujeto pedagógico. Por ejemplo, los diversos materiales didácticos pueden ser parte de los referentes empíricos de la investigación: ellos poseen información de su procedencia, de sus procesos de fabricación y de distribución y de las metodologías de enseñanza que por su intermedio se promovieron (GARCÍA, 2007; 2015;

GARCÍA Y MAYONI, 2013; LINARES, 2014; 2015; MAYONI, 2016a; 2016b; 2017). A partir de la perspectiva de la *materialidad* (MILLER, 2005) es posible también poner de relieve aspectos procesuales y relacionales. El análisis de los materiales constitutivos de los objetos, como también de su tecnología, permite revisar los flujos, las redes y las nociones del espacio temporal que les ha dado origen y que posibilitaron a su vez su circulación (LEMONNIER, 1992). Estas aproximaciones, en conjunto con el manejo de documentos históricos, amplían de manera considerable las posibilidades de producción heurística en relación con el objeto de estudio.

Como vimos, las fuentes y los lugares donde encontrarlas son múltiples y diversos. Algunos son más accesibles y otros quedan restringidos al custodio de su conservación; incluso alojados en los archivos personales de quienes en algún momento ocuparon puestos clave y una vez retirados se llevaron consigo materiales de interés público. Los investigadores se topan continuamente con limitaciones en la disponibilidad de las fuentes, así como en su calidad como testimonio histórico. Una de las mayores dificultades es lograr un *corpus* referencial continuado del período de estudio. Así, ante el caudal de información y datos con los que nos enfrentamos como investigadores/as, es necesario conservar la mirada alerta y crítica. Enfatizamos en ese sentido que la información que documentamos se relaciona con nuestras preguntas previas a la vez que las modifica, y, en ocasiones, hasta puede hacernos cambiar el foco de investigación. En el apartado que sigue profundizaremos sobre este tema.

12.3 Interrogando a las fuentes

¿Por qué estudiamos lo que estudiamos? Las preguntas de investigación y la construcción de nuestro objeto de estudio pueden partir de múltiples y variadas inquietudes, de la bibliografía que leemos, personas con las que nos relacionamos y situaciones entre las que se encuentran, por supuesto, el azar, un poco de suerte y nuestra propia curiosidad.

¿Por dónde empezar? ¿Dónde residen los archivos y fuentes que nos servirán de interlocutores para contestar, repensar y problematizar nues-

tros temas de investigación? ¿Cuáles son las herramientas metodológicas más precisas para interpelar las fuentes con las que tratamos? Como decíamos, no existe una hoja de ruta predeterminada y tampoco se trata de armar un rompecabezas con piezas definidas *a priori*. Por ejemplo, el sugerente trabajo sobre la relación entre las políticas de preservación y acceso a los archivos y la forma de hacer historia de la educación de Bustamante Vismara (s/f) puede otorgar alguna clave del porqué han resultado algo esquivas ciertas fuentes para este objeto de estudio. Al respecto, los investigadores debemos adoptar los necesarios recaudos metodológicos para no tomar como mero dato lo que la fuente denota. Además del marco conceptual desde el cual interrogamos a la fuente, la forma en que la miramos debería incluir a su vez el análisis de su contexto de producción y de conservación hasta el día de hoy: el tipo de información que llegó y cómo lo hizo; lo que dicen y también lo que ocultan.

Los procesos de selección o jerarquización de la información se han desarrollado en todos los contextos de producción y de conservación: en la guarda (o no) de un documento original por la misma persona que lo ha confeccionado, en la realización y guarda de copiadore, en la edición o la encuadernación de manuscritos, entre otros. Interpelar, discutir, investigar y hasta desconfiar de la misma fuente primaria y su contexto de producción y conservación es un aspecto particular en la búsqueda del dato fehaciente y representativo. La exigencia de ciertas cualidades al dato o a la fuente para llegar a resultados confiables en la investigación implica asimismo la aceptación y desestimación de información, así como la obligación de reconstruirlo a partir del cruce entre diferentes fuentes. Encontramos que, por un lado, en las mismas fuentes se revelan las voces de los actores que están en el juego de la negociación y del poder en cada situación y donde se expresan tensiones y reclamos. Por el otro, notamos silencios o referencias escuetas respecto de algunos temas conflictivos solo visibilizados a nuestros ojos a partir del cruce con otras fuentes. Algunos ejemplos de nuestras investigaciones en curso son elocuentes al respecto.

Como dijimos, en las publicaciones oficiales del Ministerio de Instrucción Pública encontramos tanto normativas y decretos atinentes a las instituciones nacionales, como discusiones en torno a la organización de los estudios. En ellas se revelan las quejas y reclamos de los ministros de Instrucción Pública así como de los mismos rectores de los colegios nacionales, quienes en la práctica realizaban las modificaciones que consideraban más pertinentes (SCHOO, 2014b). Sin embargo, como advertimos, la riqueza de la fuente no debe obnubilar nuestra mirada respecto de los silencios o las formas escuetas de nombrar algunos conflictos. Por ejemplo, la ausencia de normas que designaran o dieran de baja a rectores de renombre, como fue el caso del rector Alfredo Cosson (1820-1881) del Colegio Nacional de Buenos Aires entre 1865 y 1876. El silencio sobre su salida de la institución en las fuentes oficiales y en los archivos, así como la falta de examen del caso por parte de la historiografía que ha tendido a estudiar a este colegio, son al menos sugerentes.

Alfredo Cosson, de origen francés, fue compañero de Amadeo Jacques (1813-1865) en su viaje hacia la Argentina, y estuvieron juntos tanto en el Colegio San Miguel de Tucumán en tiempos de la Confederación como en el Colegio Nacional de Buenos Aires cuando se reorganizó en 1863. Cosson tomó el cargo de rector y director de estudios del Colegio Nacional en 1865, al fallecer Jacques, quien había dirigido los estudios de la institución en sus primeros años. Cosson fue finalmente quien articuló todos los arreglos para lograr, sobre la base de un colegio conventual, uno moderno. Llevó adelante el programa de estudios y también estuvo a su cargo el equipamiento de laboratorios y gabinetes así como la ampliación de la matrícula y del plantel docente, entre otros (SANGUINETTI, 1963; BRANDARIZ, 2010). Sin embargo, en 1876 se vio envuelto en denuncias y calumnias: lo acusaban de realizar actividades ilegales dentro del establecimiento y, además, de una mala administración de los fondos públicos. Estas denuncias llevaron al Congreso Nacional a crear una comisión investigadora, la cual, sin haber podido corroborarlas de manera fehaciente luego de su labor, levantó un sumario a Alfredo Cosson que provocó su

renuncia. Inmediatamente se designó como nuevo rector a José Manuel Estrada, quien dirigió el establecimiento por siete años más (1876-1883).

Estos acontecimientos y todas las instancias administrativas de creación de la comisión, informe y decretos, están invisibilizados en las Memorias de Instrucción Pública. Asimismo, periódicos como *El Nacional*, por ejemplo, no publicaron repercusiones de esto en las tiradas de aquellos días. Finalmente pudieron conocerse algunas actuaciones de tal comisión investigadora a través del Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de 1876 y en la edición decimoquinta del Registro Nacional del mismo año se encontró el decreto de nombramiento del nuevo rector “por renuncia de D. A. Cosson” con fecha del 16 de junio de 1876 (Registro Nacional, 1876, p. 300). A pesar de que recorriendo las diferentes fuentes oficiales lograron conocerse algunas miradas sobre el acontecimiento, la voz de Alfredo Cosson no se encontró en ninguna de estas publicaciones. Ni siquiera el nuevo rector José Manuel Estrada, en su primer y extenso informe de 1877 (49 páginas), hizo alusión a los motivos de su llegada al establecimiento. Lamentablemente hasta el momento no se han encontrado preservados archivos personales de Alfredo Cosson, quien parece haber fallecido en Tucumán en 1881 enfermo por demencia¹², ni se halló su expediente como profesor y rector en el archivo interno del Colegio Nacional de Buenos Aires (en la actualidad está sin una gestión documental completa y con herramientas para el usuario, lo que dificulta el acceso y reconocimiento de los documentos por parte de los investigadores). En este sentido quedan aún momentos de la historia sin recuperar en su total complejidad.

Otro caso que pudimos documentar se refiere a un motín de estudiantes en el Colegio del Uruguay en 1864, cuyo registro fue encontrado por José Bustamante Vismara entre los expedientes de instrucción pública del AGN y aprovechado para realiza una serie de trabajos conjuntos

¹² Referencias encontradas en un artículo de divulgación del periódico tucumano *La Gaceta* del 21 de abril de 2013. Ver <<http://www.lagaceta.com.ar/nota/541684/sociedad/vida-drama-dos-maestros.html>>

(BUSTAMANTE VISMARA; SCHOO, 2013; 2015a; 2015b). Tras consultar otras fuentes —como las Memorias del Ministerio de Instrucción Pública— se observó que el conflicto estaba totalmente minimizado y podría ser pasado por alto por quien no estuviera buscando documentar el motín. Luego de haber publicado estos trabajos, encontramos que en la Cámara de Diputados se había dado una interesante discusión sobre ese episodio así como respecto de la pobre actuación del rector, quien lo habría ocasionado. Sin embargo, sugerimos que la discusión resultaría rica solo para quien supiera de la situación conflictiva que estaba atravesando el colegio a partir de la asunción del rector Juan Domingo Vico. Este había tenido una opinión muy desfavorable sobre el desenvolvimiento del Colegio de Concepción del Uruguay al ser comisionado por las autoridades nacionales para inspeccionarlo en 1863. Por motivos que no quedaron claros, a partir de las diversas fuentes consultadas, luego de esta actuación de Vico, el histórico rector de ese colegio —Alberto Larroque— renunció a su cargo y se trasladó a Buenos Aires. Reconstruir este conflicto resultó trabajoso y solo pudimos resolver algunos interrogantes cuando tuvimos acceso a una producción cuyo autor había tenido como fuente documentos del archivo del Colegio¹³, vedado para nosotros al encontrarse cerrada la biblioteca del colegio en el momento en que necesitamos consultarla.

A su vez, puede verse el potencial de la articulación entre lo documental y lo material en un ejemplo de reconstrucción de acontecimientos lograda gracias a la preservación de objetos históricos. En este caso, sobre la adquisición de ciertas colecciones regionales por parte del Colegio Nacional de San Juan para su museo de historia natural entre las décadas de 1870 y 1880. La existencia de colecciones de este tipo fue mencionada en informes del entonces rector Pedro Álvarez publicados en las Memorias de Instrucción Pública y en algunos inventarios encontrados en el archivo histórico del Colegio Nacional. Minerales de Chile y Bolivia, plantas y árboles de la provincia, maderas del

¹³ *El Colegio del Uruguay a través de sus rectores. 150 años al servicio de la educación* de Celomar Argachá (1999). Edición de la Universidad Nacional de Entre Ríos.

Valle Fértil o del también conocido como “Valle de la Luna” formaron parte de los gabinetes de enseñanza científica del Colegio Nacional de San Juan. Si bien se tienen algunas referencias de estas circunstancias, la información no resulta completa con ambas fuentes (memorias y registros de inventario). Curiosamente las fechas de adquisición o donación de estos materiales, y a través de quiénes se produjeron, no fueron mencionadas ni publicadas en las fuentes oficiales. Una visita al actual museo histórico permitió finalmente recuperar datos que faltaban: una etiqueta de papel manuscrita adherida a una pieza de madera que logró conservarse hasta nuestros días reveló que la colección de las maderas del Valle Fértil había sido donada en 1879 nada menos que por Juan C. Albarracín (1841-1899). Albarracín había sido ministro de Instrucción Pública en la presidencia de Domingo F. Sarmiento (1868-1874), fue presidente del Consejo Provincial de Educación de San Juan en la época de la donación y luego rector del mismísimo Colegio Nacional de San Juan. Por algún motivo, esta información había quedado omitida en los informes y los inventarios antiguos y tampoco se preservaron en el archivo notas internas que pudieran haberse intercambiado entre docentes y directivos o las cartas que eran emitidas desde la institución (pedidos, agradecimientos, etc.). A su vez, el personal del museo no había caído en cuenta sobre la importancia de la conservación de algunos elementos que tenía bajo su custodia.¹⁴ Algo similar sucedió con un libro contable del archivo institucional de la época, que reveló que las muestras de árboles y plantas de la provincia habían sido compradas a un naturalista de la región con fondos del colegio y no donadas o recolectadas por el profesor del área —como también podía suceder—, lo cual no estaba esclarecido en las fuentes oficiales.

El cruce entre la información extraída de los objetos y los registros documentales da cuenta de la importancia que se dio en algunas instituciones del país a los recursos naturales locales; también muestra la red de vínculos que llegó a existir entre docentes y directivos de los colegios nacionales y

¹⁴ Este museo hasta el momento no pudo registrar todo su acervo y generar herramientas para cruzar la información con otras fuentes.

personalidades del ámbito político y científico (GARCÍA; MAYONI, 2013). En este sentido, el análisis de los procesos institucionales y del desarrollo de la enseñanza en los establecimientos se enriquece con los diversos puntos de vista y fuentes históricas, así como abona de todos modos las hipótesis sobre la variación entre los colegios y sobre algunas particularidades que los ponen hoy en día en el foco de atención de las investigaciones científicas.

En conjunto, los descriptos pueden ser tomados como ejemplos para analizar algunos de los derroteros de nuestros trabajos como investigadoras. En ellos se vislumbra nuestra intervención en la construcción del dato o, mejor aun, del *corpus* documental que sirve de material empírico para nuestros estudios. Pero dicha intervención debe ser comprendida en el marco de las condiciones de producción que nos atraviesan.

12.4 Consideraciones finales

Enfrentamientos políticos, pedagógicos, laborales y hasta personales no son nuevos en la historia de la humanidad y tampoco en la organización de la educación secundaria; ni lo son las negociaciones, los acuerdos, las alianzas, los ensayos, las idas y vueltas, las experiencias alternativas que se sostienen. Documentar los desacoples presentes en las mismas fuentes, los callejones sin salida que también allí están expresados, lo dicho y lo invisible, entre muchos otros, nos acerca a una historia menos apologética y permite desligarnos de miradas dicotómicas entre un pasado estático, sin discusiones y esplendoroso frente a un presente inabordable y en decadencia. Indagar en la complejidad del siglo XIX nos da la posibilidad de advertir que algunos de los diagnósticos y problemas actuales forman parte de discusiones de muy largo alcance histórico. Desde esta perspectiva se dimensiona la proyección y vigencia de revisitarse el pasado.

Nuestros caminos originados en otras áreas disciplinarias más ancladas en problemáticas presentes nos han llevado, de pregunta en pregunta, a la necesidad de resignificar y dar más claridad a este período histórico de la educación argentina, tanto desde los análisis políticos y administrativos

de las instituciones como desde el análisis de una materialidad de la educación bastante particular y que hoy sigue generando interrogantes a los docentes e investigadores que intentan dar una justificación a su existencia. La excelente pregunta sobre el *por qué* resultó para nosotras un motor de movimiento, de interpelación y de debate con lo establecido o legitimado como certero. Las otras famosas preguntas del proceso de investigación: ¿qué estamos discutiendo?, ¿qué significa esto?, ¿qué queremos decir?, y más aún, ¿cómo lo documentamos?, van en el mismo sentido.

Entendemos que lo que hemos descripto en este trabajo es, en muchos aspectos, común a cualquier camino de investigación histórica. Aquí nos permitimos, con honestidad intelectual, detallar desde nuestras propias experiencias un estado de situación de la investigación para un cierto período de la historia de la educación argentina. En este sentido, mostramos las fortalezas y debilidades de los espacios de indagación, las fuentes, y ciertas vacancias temáticas en función de mejorar la circulación de la información sobre esta área e invitar a los interesados a seguir reconstruyendo parte de nuestra historia.

REFERENCIAS

- ARGACHÁ, Celomar J. *El Colegio del Uruguay a través de sus rectores: 150 años al servicio de la educación*. Concepción del Uruguay, Argentina: Universidad Nacional de Entre Ríos, 1999.
- ASSALI, Laura; LOMBARDI, Alba. Alcances y problemáticas de la documentación de archivo de la Administración Pública Nacional. El caso del Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto Argentino, presentado en *Primeras Jornadas de reflexión sobre la construcción del archivo. Archivos, Cultura y Patrimonio*. Buenos Aires: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI), 2016.
- BALBUENA, Yamila; NAZAR, Mariana. Archivos e investigación. Reflexiones en torno a las posibilidades de indagación de las relaciones de género en los archivos. *Anuario de la Escuela de Historia*, Rosario, nro. 22, pp. 205-216, 2010.
- BEN ALTABEF, Norma E. *El Colegio Nacional de Catamarca. Historia de sus treinta y cinco primeros años*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2008.

BENÍTEZ, Alicia. Colegio Nacional 1 de Rosario; el contexto político de un proyecto educativo nacional. *Conexión*. Revista de investigación y propuestas educativas Instituto de Educación Superior 28 "Olga Cossetтини", nro. 7, pp. 1-17, 2009.

BRAGONI, Beatriz; MÍGUEZ, Eduardo (Coords.) *Un nuevo orden político. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880*. Buenos Aires: Biblos, 2010.

BRANDARIZ, Gustavo. *El Colegio Nacional de Buenos Aires*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas de la Manzana de las Luces, 2010.

BUSTAMANTE VISMARA, José. (s/f). *Archivos e historia de la educación: una relación en distintas perspectivas*. Inédito.

BUSTAMANTE VISMARA, José; SCHOO, Susana. Los vacilantes pasos de una institución de educación superior a mediados del siglo XIX (Concepción del Uruguay 1850-1860), presentado en: *Jornadas Latinoamericanas de Historia de la Educación Superior: a 400 años de la fundación de la Universidad Nacional de Córdoba*. Córdoba, 2013.

_____. 20 años entre la provincia y la nación. El Colegio de Concepción del Uruguay, 1850-1870. In: ROITENBURD, S.; ABRATTE, J. P. (Comps.) *Historia, política y reforma educativa: Aportes Críticos y Prospectiva en el Espacio Educativo Argentino*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Filosofía y Humanidades, 2015a, pp. 39-63.

_____. Estados y educación a través de un motín estudiantil: Concepción del Uruguay, 1864. *Prohistoria*, Rosario, v. 24, pp. 101-122, 2015b.

CAMMAROTA, Adrián. *Somos bachilleres. Juventud, cultura escolar y peronismo en el Colegio Nacional Mixto de Morón (1949-1969)*. Buenos Aires: Biblos, 2014.

CARUSO, Marcelo. Virtudes de la dispersión, desafíos del archivo. In: SAHE. 20 *La formación de una comunidad intelectual*. Buenos Aires: SAHE, 2015, pp. 113-121.

DIKER, Gabriela. *El laberinto de la palabra escrita del maestro*. Mimeo, 2005.

DUSSEL, Inés. *Currículum, Humanismo y democracia en la enseñanza media (1863-1920)*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, FLACSO, 1997.

_____. Teoría pedagógica, historia y política en la lectura del pasado: A 20 años de Sujetos, disciplina y currículum en los orígenes del sistema educativo argentino. *Historia de La Educación - Anuario*, Buenos Aires, v. 11, pp. 1-5, 2010.

ESCOBAR, Nancy. *Los funcionarios de los colegios nacionales: entre la precariedad y los enfrentamientos con las autoridades locales. 1863-1880*, presentado en: *VIII Jornadas de investigadores del departamento de historia*. Mar del Plata: Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2010.

FERNÁNDEZ, Juan R. *Antecedentes sobre enseñanza secundaria y normal en la República Argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia, Culto e Instrucción Pública, 1903.

FINOCCHIO, Silvia. *La escuela en la historia argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

GARCÍA, Susana V. Museos escolares, colecciones y la enseñanza elemental de las ciencias naturales en la Argentina de fines del siglo XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, [Rio de Janeiro], v. 14, nro.1, pp. 173–196, 2007.

_____. La industria didáctica y las colecciones escolares en perspectiva histórica. In: PELANDA, M. (comp.) *Patrimonio histórico educativo. Investigaciones y experiencias en América Latina y Península Ibérica*. Buenos Aires: Huellas de la Escuela, 2015, pp. 119–134.

GARCÍA, Susana V.; MAYONI, María G. Las colecciones de enseñanza científica como fuentes para la Historia de la ciencia. *Revista Electrónica de Fuentes y Archivos Centro de Estudios Históricos*, [Córdoba], v. 4, nro.4, pp. 110–125, 2013.

HURTADO, Silvia M. El Colegio Nacional de Mendoza: formador de la elite dirigente, presentado en: *Primeras Jornadas Nacionales de Historia Social*, La Falda, Córdoba, 2007.

JACINTO, Claudia; TERIGI, Flavia. *¿Qué hacer ante las desigualdades en la educación secundaria? Aportes de la experiencia latinoamericana*. Buenos Aires: Editorial Santillana/ Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación-sede París, 2007.

JIMÉNEZ, Daniel A. Colegio Nacional de Tucumán: orígenes y destinatarios. In: BONANO, L. M. (coord.) *Estudios de Historia Social de Tucumán. Educación y Política en los Siglos XIX y XX. Volumen 2*. Tucumán: Instituto de Investigaciones Históricas “Dr. Ramón Leoni Pinto”. Facultad de Filosofía y Letras-Universidad Nacional de Tucumán, 2001, pp. 123–146.

JOHNSON, Mathew. Rethinking historical archaeology. In: FUNARI, P. P.; HALL, M.; JONES, S. (eds.). *Historical archeology. Back to the Edge*. London: Routledge, 1999, pp.23–36.

LEGARRALDE, Martín R. *Historia del Colegio Nacional de La Plata 1887 y 1918, y su articulación con los proyectos pedagógicos*. [Informe anual de investigación]. La Plata: Secretaría de Investigación y Posgrado. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación-Universidad Nacional de La Plata, 1999.

_____. *La formación de la burocracia educativa en la Argentina. Los inspectores nacionales y el proceso de escolarización (1871–1910)*. Tesis de

Maestría. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO Argentina, 2007.

LEMONNIER, Pierre. Elements for an Anthropology of Technology. *Anthropology Papers of Museum of Anthropology*. Michigan: University of Michigan, nro. 88, pp. 1–24, 1992.

LINARES, María C. Educar con los objetos. Museos pedagógicos en la historia de la educación argentina (1880–2005). *Historia de la Educación. Anuario SAHE*, [Buenos Aires], v. 15, nro. 2, pp. 194–200, 2014.

_____. La pedagogía en la imagen: Las láminas escolares como recurso histórico y museográfico en la historia de la educación. *Ridphe. Revista Iberoamericana de Patrimonio Histórico-Educativo*, [Campinas], v. 1, nro. 1, pp. 68–82, 2015.

LYOTARD, Jean-François. *The postmodern condition. A report on knowledge*. Manchester: Manchester University Press, 1979.

MARTÍNEZ PAZ, Fernando. Enseñanza primaria, secundaria y universitaria (1862–1914). In: ACADEMIA NACIONAL LA HISTORIA (ed.), *Nueva Historia de la Nación Argentina*, t. 6. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003, pp. 277–307.

MAYONI, María G. Plantas de papier-mâché. Estudios técnicos y conservación de la colección Brendel del Colegio Nacional de Buenos. *Ge-Conservacion*, [Madrid], nro. 9, pp. 6–20, 2016a.

_____. Auzoux models for teaching science in Argentina [Poster]. *I Colloque international: Les modèles d'anatomie classique du Docteur Louis Auzoux (1797–1880). Etude, restauration et mise en valeur*. [Bruselas]: Musée de la Médecine de Bruxelles, 2016b.

_____. Colecciones didácticas para la enseñanza de la naturaleza en el siglo XIX. Estudios históricos y puesta en valor del patrimonio educativo en Argentina. In: GÓMEZ Cr.; MASSIP J. M.; FIGUERAS Ll. (eds.). *Dels museus de ciències del segle XIX al concepte museístic del segle XXI: Cent anys del Museu Darder de Banyoles, (Quaderns 37)*. Banyoles: Centre d'Estudis Comarcals de Banyoles (CECB), 2017, pp. 39–54.

MAYONI, María G.; GARCÍA, Susana V. La formación de museos en los colegios nacionales argentinos en el último tercio del siglo XIX. *14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2014.

MÉNDEZ, Alicia. *El colegio. La formación de una elite meritocrática en el Nacional Buenos Aires*. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

MILLER, Daniel. Materiality: An Introduction. In: MILLER, D. (ed.). *Materiality*. Durham: Duke University Press, 2005, p. 1–50.

MINISTERIO DEL INTERIOR. ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (MI-AGN). *Fondos documentales, siglo XX: Programa de descripción normalizada: Departamento Archivo intermedio*. v. 3. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 2015.

NAZAR, Mariana. Archivos, memoria y derechos: reflexiones en torno al caso argentino. *Comma*, [Liverpool], nro. 2, pp. 145–158, 2010.

OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino. Orden, progreso y organización nacional*. Buenos Aires: Ariel. [1988], 2012.

PUIGGRÓS, Adriana. *Sujetos, disciplina y currículum en los orígenes del sistema educativo argentino (1885-1916)*. Buenos Aires: Galerna, 1990.

RAMALLO, Francisco. *De hijos de gringos a jóvenes dorados: La formación de bachilleres en el Colegio Nacional de Mar del Plata entre 1914 y 1940*. (Tesis de Maestría) Maestría en Historia. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2013.

_____. *El bachillerato como experiencia: un abordaje biográfico narrativo a partir del Colegio Nacional de Mar del Plata, 1914-1940*. (Tesis de Doctorado) Doctorado en Humanidades y Artes con mención en Ciencias de la Educación. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2017.

RAMALLO, Jorge M. *Etapas históricas de la educación argentina*. Buenos Aires: Fundación Nuestra Historia, 1999.

REGISTRO NACIONAL. *Registro Nacional de la República Argentina*. Tomo 15. Año de 1876. Buenos Aires: Imprenta de “El Nacional”, 1876.

SANGUINETTI, Horacio. *Breve Historia del Colegio Nacional de Buenos Aires*. Buenos Aires: Asociación Cooperadora Amadeo Jacques, 1963.

SCHOO, Susana. *Orígenes y desarrollo de la educación secundaria, normal y especial en la provincia de Buenos Aires: iniciativas provinciales nacionalizadas (1852-1920)*. [Tesis de Maestría]. Victoria: Universidad de San Andrés, 2009.

_____. La organización de la educación secundaria, normal y especial en Argentina. In: G. RUIZ (coord.) *La estructura académica argentina: análisis desde la perspectiva del derecho a la educación*. Buenos Aires: Eudeba, 2012, pp. 91–138.

_____. Conflictos y acuerdos en el proceso de nacionalización de la educación secundaria en Argentina en el siglo XIX. El caso de la provincia de Buenos Aires. *Espacio, Tiempo y Educación*, Madrid, v. 1, nro. 2, pp. 113–131, 2014a.

_____. Los colegios nacionales en el período de la fundación del sistema educativo argentino: incidencias y variaciones locales (1863-1888). *Anuario SAHE. Historia de la Educación*, Buenos Aires, v. 5, nro.2, pp. 37–68, 2014b.

_____. Las primeras iniciativas por organizar la educación secundaria nacional en Argentina: desencuentros y convergencias (1856-1865). *XVIII Jornadas argentinas de Historia de la Educación “Historia de la educación: usos del pasado y aportes a los debates educativos contemporáneos”*: Sesión 2. Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento – Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2014c.

TEDESCO, Juan C. *Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)*. Buenos Aires: Solar, 1986.